

07 JUN 1989

... e a busca de apoio para a transição

Sarney invoca co-responsabilidade

O presidente José Sarney acha que o Congresso, com os poderes que tem, é co-partícipe do Governo. É a partir dessa premissa que ele admite tomar medidas impopulares, ou até sacrificar projetos nos quais tem interesse direto, como a Ferrovia Norte-Sul, se os partidos políticos chegarem a um entendimento quanto ao que deve ser feito para evitar que o País caia na hiperinflação e a transição democrática seja ameaçada. "Dentro desta linha, o Presidente convalidará qualquer medida", assegura o líder do governo na Câmara, deputado Luis Roberto Ponte.

Na opinião do governo, o entendimento perseguido pelo senador Nelson Carneiro e 12 partidos políticos deve começar pela crise detonada na Previdência Social, tendo como causa o salário mínimo de NCz\$ 120,00 aprovado pelo Congresso. Isso, acredita o Presidente, triplicará os gastos da Previdência. E a Constituição é clara: para criar despesas, o Congresso precisa dizer de onde deve sair o dinheiro, e onde cortar no orçamento da União. Sarney disse a Ponte que, neste caso, cumprirá a determinação do Legislativo.

A rigor, Sarney ainda não decidiu o que fazer, caso as conversas patrocinadas por Nelson Carneiro não cheguem a bom porto. Uma das hipóteses vislumbradas: o Presidente não veta, mas também não sanciona a lei do salário mínimo, deixando a responsabilidade nas mãos de quem julga "co-partícipe" no governo. Ou seja, o Congresso.

Da mesma forma, o presidente José Sarney acatará todas as decisões que forem tomadas pelo Congresso, mediante um amplo entendimento para superar a crise econômica, como se governasse em um regime parlamentarista, disse o

deputado Luis Roberto Ponte aos presidentes de 12 partidos políticos que se reuniram ontem com o presidente do Senado, Nelson Carneiro, em busca desse entendimento. Já existe um primeiro acordo entre eles, justamente para encontrar logo uma saída para a crise da Previdência Social.

Os presidentes dos partidos com representação no Congresso saíram com a tarefa, também sugerida por Ponte, de consultar suas assessorias econômicas para viabilizar a prática das medidas de emergência apontadas pelos políticos.

Pacto e economia

A idéia de promover um pacto de entendimento nacional partiu do candidato do PCB à Presidência da República, Roberto Freire, depois que uma bomba destruiu o monumento em homenagem aos trabalhadores mortos durante a greve da Siderúrgica de Volta Redonda.

Assumida pelo presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, a idéia foi posta em prática. Mas o que a princípio deveria ser um "pacto antiterror" — com o objetivo de garantir as eleições de 15

de novembro — acabou derivando em uma espécie de pacto social", pela urgência de adoção de medidas econômicas.

A reunião não prometia soluções, com os presidentes dos partidos indagando-se sobre quem teria autoridade para executar as medidas apresentadas por Ronan Tito, pelo PMDB, e pelo presidente do PSDB, Franco Montoro. O deputado Delfim Netto, presidente do PDS, aproveitou para mais uma vez defender o parlamentarismo, como única forma de fazer valer as medidas propostas pelos partidos, sugestão imediatamente aceita por Franco Montoro, Ronan Tito e Nelson Carneiro.

Ponte aproveitou a oportunidade de se manifestar, para garantir que, mesmo sem oficialização de um regime parlamentarista, o Legislativo terá todo o poder de adotar as medidas que julgar necessárias para "evitar o enfrentamento e garantir o processo de transição". Diante das afirmações do líder do governo na Câmara, os presidentes dos partidos — não tiveram outra alternativa senão a de acatarem a sugestão.

Convocação extra

Alguns dos principais assessores do Presidente da República deverão reunir-se, hoje, na sala do chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para fazer uma avaliação das conseqüências de uma elevação abrupta da taxa inflacionária e de seus reflexos políticos. Essa análise política justifica a presença dos ministros da Justiça, Oscar Dias Corrêa, e do chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Sou-

za Mendes, numa reunião que contará com os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu.

A convocação do encontro foi tratada com sigilo dentro do Palácio do Planalto. Embora sem negar sua realização, assessores do Gabinete Civil procuraram dissimular o fato, não revelando detalhes. A reunião deve acontecer ao meio-dia.